



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

CONDIÇÕES DE MORADIA DOS SUJEITOS REMANESCENTES DO PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA EM BELÉM-PA

Margareth Padinha das Chagas¹

Joana Valente Santana²

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares³

Resumo: Apresentam-se resultados de pesquisa de Mestrado em Serviço Social sobre impactos econômicos, sociais e culturais na vida de moradores(as) remanescentes da intervenção Orla da Estrada Nova ou Portal da Amazônia, em Belém, no Pará. Com base no método marxiano e em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, aponta-se que a intervenção melhorou o saneamento nas áreas, entretanto a infraestrutura urbana não foi acessível a todos os moradores, expressando a segregação socioespacial na cidade capitalista.

Palavras-chave: Moradia. Intervenção urbanística. Direito à cidade.

Abstract: This work results from a Master's degree research in Social Work about the economic, cultural, and social impacts of the project *Orla da Estrada Nova* or *Portal da Amazônia* in lives of remaining residents in Belém, Pará. Drawing on the method of Marx and on literature survey, field research, and documental data, this work implies that even though the intervention improved sanitation in the area, large part of the residents did not benefit from the urban infrastructure implemented, which manifests both social and spacial segregation in capitalist cities.

Keywords: Housing. Urban interventions. Right to the city.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados da Dissertação de Mestrado em Serviço Social que se voltou a analisar os impactos econômicos, sociais e culturais na vida de moradoras e moradores remanescentes de vilas e passagem atingidas pela intervenção Orla da Estrada Nova, ou Portal da Amazônia, na cidade de Belém, no Pará. O trabalho teve o intuito de verificar como vivem os sujeitos cujas condições de vida foram agravadas após a intervenção urbanística.

A partir de 2007, na cidade de Belém foram iniciadas as obras da intervenção urbanística Orla do Projeto Portal da Amazônia, com o aterro hidráulico das margens da Baía do Guajará e Rio Guamá e, posteriormente, a remoção e remanejamento⁴ de famílias

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: margapadinha@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: margapadinha@gmail.com.

³ Professor com formação outra área, Universidade Federal do Pará, E-mail: margapadinha@gmail.com.

⁴ No Plano de Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), havia previsão de construção de 360 unidades habitacionais para as quais as famílias cadastradas seriam remanejadas (BELÉM, 2008). No entanto, até o presente momento foram construídas apenas 16 unidades habitacionais na área aterrada.

residentes em palafitas⁵ localizadas às margens do rio. Após dez anos do início das obras, a situação de abandono vivida pelos sujeitos remanescentes revela as contradições e inúmeras falhas na implementação de um grande projeto que se justifica com o discurso de resgate da identidade ribeirinha de Belém e melhoria da qualidade de vida dos moradores. Contudo, o projeto também buscou assegurar a Belém o título de metrópole da Amazônia a partir da estratégia de embelezamento da cidade, tornando-a competitiva segundo o atual estágio do capitalismo e preparando a área para os futuros projetos da classe que determina a configuração do espaço urbano.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do aporte teórico do método do materialismo histórico e dialético, tendo como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2017, alcançou 39 moradoras(es) de quatro vilas e uma passagem atingidas pela intervenção Orla do Projeto Portal da Amazônia, correspondendo a 51,31% de um total de 76 imóveis remanescentes.

Os principais resultados da pesquisa serão apresentados, neste artigo, em outras três seções, além desta introdução: a) Contradições da cidade capitalista: a insegurança da posse e segregação socioespacial; b) Principais problemas que se destacaram após a intervenção orla. Por último, serão apresentadas as Considerações Finais.

2. CONTRADIÇÕES DA CIDADE CAPITALISTA: INSEGURANÇA DA POSSE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Pensar o espaço urbano enquanto construção histórica e social, tendo como referência analítica o método histórico crítico dialético, requer a articulação entre os elementos universais e singulares no campo particular (LUKÁCS, 1978, p. 112), o qual expressa a dinâmica da realidade.

Para tanto, a análise exige debruçar-se sobre construções teóricas de autores clássicos e contemporâneos⁶ que debatem as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e a forma como elas se expressam na cidade por meio da segregação socioespacial⁷, que evidencia o lugar da moradia pobre no contexto urbano capitalista, revelando a moradia precária como uma expressão da questão social.

Para apreender o processo de formação da cidade por diferentes sujeitos sociais, Sposito (2014) afirma que a historicidade da urbanização revela que ora a cidade é evidenciada ora é deixada em segundo plano de acordo com a atividade econômica preponderante. A autora destaca que é possível visualizar a gênese histórica da

⁵ Casas em geral feitas em madeira localizadas sobre as margens dos rios.

⁶ Marx e Engels (2009); Engels (2008); Lefebvre (2001, 2016); Lojkin (1997); Harvey (1980); Maricato (2001); Rolnik (2015); Sposito (2014); Santos (2012, 2015).

⁷ Segundo Cruz (2012, p. 53), "Uma das características que marcam a cidade capitalista urbanizada é a segregação social, materializada por diferenciações econômicas, políticas e socioculturais que, de forma velada, expõem a cidade dividida em classes".

urbanização concebendo esta como “processo” e a “cidade” como sua concretização (p. 11), ressaltando a importância de se destacar “[...] as determinações econômicas, sociais, políticas e culturais que no decorrer do tempo constroem, transformam e reconstróem a cidade” (p. 09).

Sposito (2014), ao retomar o processo de constituição das cidades em diferentes momentos históricos, demarca a especificidade da cidade capitalista, a lógica que rege o espaço “a partir do desenvolvimento do capitalismo” (p. 30), destacando transformações que permitiram e foram, ao mesmo tempo, provocadas pela estruturação do sistema produtivo em questão, por tornar expressivo o processo de urbanização e conferir às cidades funções urbanas específicas.

Engels (2008), no livro a “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, descreve as precárias condições de vida dos trabalhadores ingleses no século XIX. Tal realidade guarda semelhança com a realidade atual de frações da classe trabalhadora empobrecidas, para as quais o *direito à cidade*⁸ não é garantido. O autor relata minuciosamente as precárias condições de vida dos operários situando o lugar que essa classe historicamente ocupa, sua localização na cidade e as condições de produção e reprodução de sua vida na relação com o espaço, revelando a intrínseca relação que há entre o capitalismo e a configuração do espaço urbano.

A segregação socioespacial se expressa na cidade pela precariedade da moradia de frações da classe trabalhadora, em geral empobrecida, cuja alternativa de espaço para morar que o capital lhe impõe não possui infraestrutura urbana adequada para a sua reprodução social de forma digna. Tais elementos encontram ressonâncias nos dados da pesquisa realizada na cidade de Belém, como será apresentado na terceira seção.

Delineando a lógica da financeirização da moradia, Rolnik (2015) ressalta que na década de 1980 surge um novo paradigma no financiamento, o qual ilusoriamente viria atender os mais pobres através do microfinanciamento. Segundo a autora:

[...] é possível identificar as raízes truncadas de um modelo de Estado capturados por interesses privados e conformado por uma cultura de opressão e exclusão, simultaneamente tensionado por um processo de combate à pobreza e inclusão via consumo e pela tomada da terra urbana e da moradia pelas finanças globais. Os pobres compram apartamentos, contratam planos de saúde e matriculam seus filhos em escolas e universidades privadas. Mas, para eles, o mercado lança novos produtos, de qualidade muito inferior, reiterando a geografia da desigualdade (ROLNIK, 2015, p. 368).

A *geografia da desigualdade* que Rolnik (2015) põe em evidência é permeada de discursos de acessibilidade à moradia e medidas incorporadoras da lógica financeira do

⁸ De acordo com Lefebvre (2016, p. 34), “[...]. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se se quiser falar assim: do ‘homem’) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. [...]”.

mercado capitalista no que diz respeito à questão da habitação. Esse processo reforça a mercantilização estrutural que se perpetua por meios estratégicos na cidade mercadoria, transformando não apenas a casa em mercadoria, mas também tudo que possui valor de uso, por ser necessário para reprodução da força de trabalho e da reprodução social.

Carlos et al (2015, p. 54-55) identifica e destaca dois movimentos que descreve como “justapostos”, que estão relacionados à própria dinâmica de produção do espaço urbano capitalista, afirmando que a “produção da metrópole” viabiliza a “realização do ciclo do capital ao mesmo tempo em que, em sua dimensão material, serve à reprodução do capital financeiro”. Ou seja, a produção e reprodução do espaço servem como “lugar da possibilidade” para que o capital tente resolver a crise de acumulação. Por isso ocorre a apropriação e valorização de espaço de acordo com os interesses e estratégias dos diferentes estágios do modo de produção capitalista.

Para Harvey (1980, p. 141, grifo do autor), as “*Instituições financeiras* representam um papel importante no mercado de moradia”. Com interesse de obterem valor de troca financiando a criação de valores de uso, essas instituições orientam-se para obtenção de lucro, evitam riscos e, principalmente, “conseguem alocar o solo para usos sob seu controle através do financiamento” (HARVEY, 1980, p.141). Tais financiamentos por parte de agências bancárias em geral destinam-se a grandes empreendimentos que deverão viabilizar vultoso retorno financeiro às empresas capitalistas.

A pesquisa apresentada neste artigo demonstrou que, para os remanescentes da intervenção urbanística Orla, a insegurança da posse se destacou por residirem em terrenos pertencentes à união⁹, embora tenham recebido a concessão de uso coletivo para fins de moradia emitida pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU). A crise de insegurança da posse não está descolada da lógica da financeirização, que por sua vez segue articulada ao planejamento estratégico, cujos acordos político-econômicos garantem a implementação de projetos de intervenção que ocasionam remoções, sejam elas anunciadas ou veladamente forçadas.

Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. É no interior desta trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão da cidade (ROLNIK, 2015, p. 151-152).

Cruz (2012, p. 113-114), no que diz respeito aos “loteamentos periféricos” e “favelas”, destaca a questão da “legalidade” e o “risco de despejo e remoção”. Os investimentos nas melhorias na infraestrutura urbana acabam tendo como finalidade preparar a área, antes imprópria para moradia, para os interesses de grandes empresários do setor imobiliário e comercial. Para Santos (2012), as ações e intervenções pontuais não

⁹ Por localizarem-se em terras da Marinha.

provocam uma mudança real e profunda que dê segurança da posse da casa aos mais pobres.

[...]. A melhoria eventual das condições de residência de parcelas das populações urbanas mais pobres não lhes garante nem mesmo a propriedade da casa ou dos terrenos. Os pobres continuam migrantes dentro da cidade. A propriedade da casa ou do terreno é a propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil (SANTOS, 2012, p. 98).

O continuar “migrante dentro da cidade” (SANTOS, 2012, p. 28) é um dado recorrente e consequente das intervenções realizadas nos espaços urbanos, onde se localizam os assentamentos precários e segregados. Afinal, em geral os terrenos foram espaços ocupados por não terem valor financeiro para o mercado, muitas vezes pela insalubridade e falta de infraestrutura para implementação de empreendimentos imobiliários.

3. PRINCIPAIS PROBLEMAS E MELHORIAS QUE SE DESTACARAM APÓS A INTERVENÇÃO ORLA

De acordo com Sposito (2014), há um o modelo de urbanização europeia que chega até suas colônias, pelo fato de os Estados Nacionais buscarem condições para que o capitalismo se desenvolvesse. Pode-se afirmar que o processo de inserção do Brasil na divisão internacional e social do trabalho levou a uma divisão interna do país, produzindo e reproduzindo desigualdades na relação estabelecida entre império e colônia. Na particularidade brasileira definiam-se funções às regiões, como fornecedores de matéria prima, mercado consumidor e produtores industriais. Ao que diz respeito à região amazônica, a expansão da economia extrativista e o chamado *boom da borracha* – principal produto de exportação da Amazônia no século XIX – deram à região visibilidade dentro do cenário internacional, inserindo-a na dinâmica da divisão internacional do trabalho, com destaque às cidades de Manaus e Belém, que experimentaram intervenções urbanas que se justificavam com discursos acerca do progresso e embelezamento (SANTANA, 2013; CRUZ, 2012).

O rio é um dos elementos fundamentais para compreensão do processo de urbanização da Amazônia – que se dá entre rios e estradas – e, consequentemente, de Belém. O rio foi fundamental sobretudo na ocupação de Belém pelos colonizadores, que encontraram na posição geográfica onde se formou o sítio urbano da cidade um ponto estratégico muito favorável para o escoamento da matéria explorada, segundo a lógica da mercantilização. Para os povos amazônidas, no entanto, o rio vai muito além de um elemento agregador de valor. O rio se apresenta como elemento agenciador da produção da vida por meio de outras relações dos homens entre si e entre a natureza. Essas relações diferem da exploração engendrada pela ordem do capital, a qual se expressa na idealização e discursos acerca de intervenções urbanísticas como a Orla do Projeto Portal da Amazônia.

Destaca-se que o projeto de intervenção urbanística Portal da Amazônia, cujas obras iniciaram a partir de 2007, teve como responsável legal a Prefeitura Municipal de Belém, sendo que o Projeto se constitui de duas modalidades: o Projeto Orla e o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (Avenida Bernardo Sayão) – PROMABEN. Segundo o Plano de Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação, o Projeto Orla estava inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PA)/Urbanização de favelas e no Programa de Erradicação de Palafitas (BELÉM, 2008).

A intervenção urbanística previa, por meio do Projeto de Trabalho Técnico Social (BELÉM, 2007), a melhoria das condições de vida dos moradores atingidos direta e indiretamente, com previsão de atendimento de 360 famílias (contempladas com as unidades habitacionais) e 1.140 indiretamente. Previa também a realização de ações, mobilização comunitária, educação ambiental, geração de trabalho e renda, entre outras, as quais visavam diminuir os impactos sofridos devido às mudanças culturais, econômicas, estruturais e sociais que as famílias que moram próximas ao rio (BELÉM, 2008, p. 07).

Conforme afirmado na introdução do artigo, a pesquisa de campo desenvolvida no segundo semestre de 2017 foi realizada mediante entrevistas com moradoras(es) remanescentes da intervenção Orla por meio de roteiro semiestruturado aplicado a 39 moradoras(es) das vilas: Gigi, Santos, Passarinho, Valério Amorim, e Passagem Osvaldo de Caldas Brito Beira-Mar. Trata-se de locais atingidos pela intervenção Orla do Projeto Portal da Amazônia, correspondendo a 51,31% de um total de 76 imóveis remanescentes.

No decorrer da pesquisa de campo as(os) moradoras(es) revelaram suas impressões acerca dos problemas e melhorias que se destacam após a Intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia. Entre as(os) entrevistadas(os), **87,17%** destacaram a **insegurança** na área como maior problema decorrente dessa grande obra de intervenção urbanística. Segundo os moradores, a insegurança decorre do aumento da violência na área pelos frequentes assaltos que ocorrem na Orla do Projeto Portal da Amazônia, pelo fato de os envolvidos se esconderem nas vilas e vielas próximas. Ressalta-se que o PM-Box, unidade policial que se localizava em frente à entrada da Passagem Osvaldo Beira-Mar, na Rua Osvaldo de Caldas Brito, foi derrubado para construção de uma nova unidade policial mais próxima à Orla. Segundo a própria comunidade, isso desarticulou o contato entre os policiais e os moradores.

Magrini (2014) ao citar as “as novas práticas socioespaciais” remete aos “loteamentos fechados”, “produzidos e apropriados” segundo a lógica de um espaço seguro para quem pode pagar (p. 95). Dado pertinente levantado pela autora para análise desta pesquisa, haja vista que se observa que a Orla em dia de domingo é tomada de um aparato policial para resguardar a segurança de seus frequentadores. No entanto, diariamente as práticas de aliciamento de jovens ligados ao tráfico de drogas, as dificuldades de acesso ao

trabalho e ausência de atividades de esporte e lazer requeridas pelas(os) moradoras(es) e previstas no PPTS não são garantidas.

A **falta de recurso para melhorar o espaço da residência** foi avaliada como um problema após a intervenção urbanística por **46,15%** das(os) moradoras(es) entrevistadas(os). Ressalta-se que esses dados são referentes aos remanescentes da Vilas e Passagens atingidas e impactadas pela intervenção Orla do Projeto Portal da Amazônia, observando que as Vilas Santos, Valério Amorim e Passarinho – parcialmente removidas – tiveram as estruturas de suas casas abaladas apresentando rachaduras. Esse problema vem se agravando com as novas construções em alvenaria, as quais requerem a fundação bem alicerçada, uma vez que o terreno é alagável.

Com **38,46%** de ocorrência nas entrevistas, **o aumento da taxa de energia** foi também um dos problemas destacados, ainda que nem todos o relacionem à intervenção urbanística Orla. Da mesma forma, o **aumento do custo de vida com 35,89%** foi ressaltado pela maioria das(dos) entrevistadas(os) como impacto após o Projeto, dando como exemplo o aumento do aluguel, haja vista que atualmente há 284 moradoras(es) recebendo o auxílio aluguel enquanto esperam a construção das unidades habitacionais, o que elevou o preço do aluguel em toda área próxima às vilas. As(os) moradoras(es) referem-se também ao aumento do preço de gêneros alimentícios. Embora se configurem como efeito da intervenção, pela valorização que esta imprime ao bairro, os aumentos no custo de vida em geral também podem ser reflexo de aspectos conjunturais e estruturais próprios do sistema capitalista como, por exemplo, a inflação.

O quinto problema apontado com maior frequência foi a **dificuldade de acesso aos serviços de saúde**, com **23,07%**. A esse respeito, as(os) entrevistadas(os) evidenciaram a demolição das salas que serviam como consultórios médicos comunitários como uma perda para comunidade. A unidade de saúde que deveria ser entregue dia 13/04/2017 até o momento da realização da pesquisa não teve suas obras iniciadas. O **aumento da taxa de água** foi referido por **20,51%** das(dos) entrevistadas(os); a **perda de atividade de trabalho** por **15,38%** e; **interferência nas relações de vizinhança** por **12,82%**.

Sobre a incumbência dos serviços essenciais, Santos (2012) destaca:

Nos países capitalistas avançados, os serviços essenciais são, sobretudo, incumbência do poder público, e sua distribuição geográfica é consentânea com o provimento geral. As distâncias porventura existentes são minimizadas por transportes escolares ou hospitalares gratuitos. Não se trata de salário indireto, pois tudo isso é devido a todos os cidadãos, com ou sem emprego, ricos ou pobres. Trata-se da busca de uma equidade social e territorial. Outros países capitalistas, como o Brasil, ainda não quiseram definir o que são tais serviços, nem adotar um distributivismo geográfico que sirva de base à desejada justiça social. (SANTOS, 2012, p. 142).

Segundo Santos (2012), “o espaço é o maior conjunto de objetos existentes” (p. 141). Resulta de relações entre homens e objetos e da criação de novos objetos. Para o

autor, o espaço também pode ser tratado como um “conjunto inseparável de fixos e fluxos”, sendo os “fixos econômicos, sociais, culturais, religiosos etc” (SANTOS, 2012, p.142-142). E o autor prossegue: "Eles são, entre outros, pontos de serviços [...] casas de saúde, escolas, lugares de lazer" (SANTOS, 2012, p. 142), ressaltando que os fixos vêm da qualidade e quantidade que esses, entre outros serviços, encerram.

Ainda acerca das percepções das(dos) moradoras(es) entrevistadas(os), destacou-se também as principais melhorias percebidas após a intervenção Orla do Portal da Amazônia. Houve **51,28%** que **destacaram o lazer**, pela proximidade da Orla do Portal da Amazônia de suas casas. Foi destacada também a ausência de uma área coberta e falta de arborização, assim como a falta de manutenção dos brinquedos do Parque destinado às crianças. As(os) moradoras(es) relataram a necessidade de desenvolverem atividades voltadas para comunidade, para melhor utilização dos espaços.

A **atividade de trabalho** como vendedoras(es) na Orla foi o segundo ponto com maior destaque por **20,51%** das(os) entrevistadas(os). Apesar de o trabalho ser evidenciado como um impacto positivo, tanto pelos que conseguiram desenvolver a atividade após a intervenção Orla como pelos que conhecem um vizinho que conseguiu, também foi relatado que a maioria dos vendedores não são moradores da área. Logo, existe uma disparidade entre o que é comercializado pelos vendedores locais e o que é oferecido pelos que “vem de fora”. Tal dado revela que o trabalho (profissão/ocupação) não foi uma preocupação do Projeto Portal da Amazônia, apesar do cadastro socioeconômico realizado em 2008 pela Prefeitura trazer dados referentes às atividades de trabalho relacionadas à informalidade.

Segundo a entrevistada **B**, moradora da Vila Santos (2017), “a melhor coisa foi a rede de esgoto”. Nesse sentido, os dados quantitativos revelam que a **rede de esgoto pública** foi destacada por **15,38%**. O problema do esgotamento sanitário revelou-se como uma inquietação dos próprios moradores da área, pelo fato da inexistência da rede pública de esgoto no passado. De certo modo, a rede não era necessária para as casas palafitas localizadas em cima do rio, pois estas despejavam os dejetos diretamente na água. Por outro lado, as casas localizadas na área de várzea não possuíam fossa séptica e faziam uso da fossa rudimentar. Em outros casos, os dejetos se acumulavam diretamente embaixo das casas. Esta última situação ainda persiste como incômodo para os moradores remanescentes das Vilas Passarinho, Valério Amorim e parte da Vila Santos que não foram contemplados pela rede de esgoto implementada na Vila Santos com a Orla. Nesse sentido, para parte das(dos) moradoras(es) entrevistadas(dos), o Projeto Portal da Amazônia não trouxe mudanças significativas no que diz respeito a melhorias das condições de moradia e de vida dos residentes nas vilas estudadas. É necessário considerar que boa parte da infraestrutura existente no local é resultado do trabalho e das reivindicações da própria comunidade, que de forma coletiva e organizada conseguiu aterrar, pavimentar e trazer água para dentro das vilas.

Cruz (2012, p. 160) reflete acerca dos projetos de intervenção urbanística com perspectivas de grandiosidade, como o Projeto Portal da Amazônia, que, ao reestruturarem áreas de cidades como Belém e Manaus, agregam maior valor econômico ao território. Uma vez que se assentam em conceitos e técnicas do planejamento empresarial, esses projetos fomentam a produção de cidades estratégicas, cujas intervenções incidem na vida concreta de uma parcela significativa da população, que não é ouvida ou levada em conta durante esses processos. Nesse sentido, ressalta-se a importância das percepções presentes nas falas das(dos) entrevistadas(dos), a exemplo da moradora **K**, que destaca como percebe a intervenção urbanística Orla, descrevendo-a da seguinte maneira: “Ponto turístico pra quem é de fora, porque a gente vê mais é de fora que participa. Sempre toda semana estou no portal e vejo mais gente de fora.” (Moradora **K**, Pesquisa de campo na Vila Valério Amorim, 2017).

Cruz (2012, p. 58) destaca, ainda, que os projetos urbanos realizados nas metrópoles da Amazônia têm aprofundado a segregação social no que diz respeito à questão da moradia, uma vez que as “políticas de infraestrutura e habitação” desencadearam tanto em Belém quanto em Manaus um processo de deslocamento compulsório das famílias atingidas.

Ademais se observa o favorecimento da instalação de empresas privadas e a privatização dos serviços de esporte e lazer. Por exemplo, nas vias e nas quadras localizadas na Orla não são desenvolvidas quaisquer atividades contínuas de esporte ou lazer voltadas para população remanescente e residente do local e do entorno da intervenção.

Segundo Carlos et al (2015), o espaço como mercadoria, transforma-se em valor de troca ao mesmo tempo em que é valor de uso, orientando apropriações e hierarquizando os indivíduos:

[...] O espaço como mercadoria transforma-se, assim, valor de troca, ao mesmo tempo e dialeticamente, que valor de uso, conforma o vivido, orienta as apropriações, hierarquiza os indivíduos na metrópole, já que esses estão diferenciados pela sociedade de classes. [...]. O público é o espaço dominado pelo Estado (através dos múltiplos processos de intervenção e vigilância, no qual prepondera a norma que rege os usos possíveis com suas interdições e permissões. Esse plano da realidade desvela a extrema desigualdade que se efetua na fragmentação dos lugares submetidos à apropriação privada, bem como o acesso delimitado pela hierarquização dos usos no espaço. (CARLOS et al, 2015, p. 50).

Observa-se que a Orla do Portal da Amazônia delimita pela hierarquização o seu uso. Embora circulem pelo mesmo espaço, frequentadores e vendedores de diferentes classes sociais, nem todos os serviços públicos ou privados podem ser acessados por frações empobrecidas da classe trabalhadora. A orla evidencia a contradição, pois ao mesmo tempo em que se observa as formas de apropriação e uso do espaço, há também uma realidade que se esconde por trás dos tapumes que separam a orla das obras de um conjunto habitacional que permanece inacabado e abandonado. Trata-se dos

remanescentes das vilas, sujeitos em precárias condições de vida e moradia em um espaço segregado.

Desvela-se o *abandono* ao permitir visualizar, comparar e apreender as contradições que se apresentam na área de intervenção do Projeto Portal da Amazônia/Orla. Um exemplo é o terreno sem asfalto ao lado do muro da antiga Companhia Amazônia Têxtil de Aniaga (CATA), onde existiam as palafitas às margens do Rio Guamá que foram removidas para construção das vias de circulação da *Orla do Portal*. No referido terreno deveriam ser construídas uma creche e a unidade de saúde, que até o momento não tiveram as obras executadas.

De acordo com Santos (2012, p. 107), “cada homem vale pelo lugar onde está”, ressaltando que seu valor é conferido de acordo com categorias: produtor, consumidor, cidadão, conforme sua localização. Tal valor pode mudar para “melhor ou para pior”, independentemente de sua condição, ressaltando que até mesmo o salário adquire um valor diferente de acordo com a localização do trabalhador no espaço, haja vista que as oportunidades não são as mesmas. O autor destaca:

[...]. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo tempo histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato lhe faltam. (SANTOS, 2012, p. 107).

Observou-se tanto nas referências bibliográficas quanto na pesquisa de campo que os sujeitos impactados pelas intervenções urbanísticas realizadas na cidade capitalista, segundo a lógica do mercado, têm produzido *menos cidadãos* – embora se apontem melhorias em alguns aspectos, elas se revelam pontuais –, não permitindo o acesso às políticas sociais públicas que garantiriam direitos de cidadania e condições dignas de vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados e tendo como referencial de apreensão da realidade o método histórico crítico e dialético, é possível inferir que os moradores remanescentes impactados pela intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia, localizados entre a nova rua – com a duplicação da Estrada Nova pelo PROMABEN – e o rio, com a nova Orla, vivem o abandono e são invisibilizados tanto pelo poder público quanto por aqueles que usufruem da Orla; as moradoras e moradores arcam os custos do embelezamento da cidade.

Observou-se na pesquisa de campo que a insegurança da posse é reforçada pelo abandono das obras e pela falta de saneamento. Isso precariza ainda mais as condições de vida dos remanescentes da intervenção Orla, que se questionam até quando suportarão tais condições e até quando será permitido que continuem em suas casas. A dúvida se dá devido a tantos interesses em jogo, envolvendo, por exemplo, a valorização da área e a conseqüente reconfiguração dos usos do solo. Observou-se que, diante das incertezas e

inseguranças geradas, a lógica que permeia as intervenções urbanísticas em assentamentos precários, ao invés de trazer a qualidade de vida tão reiterada nos documentos e discursos, agrava as condições de vida e existência dos sujeitos impactados.

Cruz (2012, p. 136) destaca que Belém reproduz, em sua estrutura urbana, a mesma realidade das grandes cidades brasileiras onde a segregação social, como fenômeno da cidade capitalista aprofunda a precarização das condições de moradia e vida de frações da classe trabalhadora, particularmente a mais empobrecida, com déficit quantitativo e qualitativo.

Verifica-se que a fragilidade da política urbana não diz respeito somente à ausência de políticas, mas à forma como estas são implementadas, isto é, de maneira fragmentada e pontual, não atingindo o cerne dos problemas sociais urbanos, mas favorecendo a apropriação do espaço pela iniciativa privada e pelo grande capital. Assim, ressalta-se o papel do Estado enquanto mediador entre a classe trabalhadora e o mercado financeiro (capital), tratando as políticas sociais com viés de um modelo de política neoliberal de Estado mínimo. Ao favorecer a contradição inerente à sociedade capitalista, o modelo de política pública em questão coloca em segundo plano o atendimento aos direitos historicamente conquistados, como o direito à moradia, e de uma maneira mais abrangente, o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BELÉM. **Plano de Reassentamento**: Portal da Amazônia/Orla (CONTRATO 222.629-71/2008). Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, BELÉM, 2008.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. **Projeto de Trabalho Técnico Social** – Portal da Amazônia/ Orla sub-bacia 01. Programa de Aceleração do Crescimento. Belém, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e Condições da Moradia em Belém e em Manaus**. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**: O direito à cidade II. Tradução Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUKÁCS, G. **Introdução à uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. **Interação entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana**. Caderno Prudentino de Geografia, n 36, v 1, p. 83-98, jan/julho, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de Cidades no Brasil: Estratégias e Orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Campinas - SP: Papel Social, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2014.